

## Centenário de Professôres.

Comemora-se, neste ano, o centenário de nascimento de mestres desta Faculdade, todos personalidades de tal magnitude, que inscreveram em ouro seus nomes nas tradições acadêmicas.

Refulgiram nas cátedras, na judicatura, nas letras e na política, refratando luzes nas arcadas, que ainda agora se iluminam no sustentáculo do direito, da liberdade e da justiça.

Foram os professôres Uladislau Herculano de Freitas, Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello, Ernesto Moura, Luís Barbosa da Gama Cerqueira e José Manuel de Azevedo Marques.

São publicados a seguir resumos biográficos dos homenageados, transcritos do vol. 24-1928 desta *Revista* e completados com anotações coligidas em posteriores trabalhos.

### Dr. Uladislau Herculano de Freitas.

Natural de Arroio Grande, província do Rio Grande do Sul, nasceu aos 25 de novembro de 1865, filho de Rogerio José de Freitas.

Matriculado no primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo em 1884, recebeu o grau de bacharel em 8 de março de 1889, na mesma Faculdade, pois fêz o quarto ano na Faculdade de Direito de Recife.

Advogado, jornalista e tribuno, fêz longa carreira política, ao lado de Francisco Glycerio, seu sogro.

Proclamada a República, exerceu o cargo de chefe de polícia do Paraná e elaborou as bases da Constituição Política daquele Estado.

Em 1890, foi nomeado lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, por decreto de 30 de dezembro. Tomou posse e recebeu o grau de doutor em 16 de janeiro de 1891. Por decreto de 21 de março desse mesmo ano, foi nomeado lente catedrático, lecionando a segunda cadeira da primeira série de notariado, da qual tomou posse em 27 de abril daquele ano.

Em 1896 foi eleito deputado estadual e, em 1894, deputado federal por São Paulo. Renunciou o mandato em 1895 e foi eleito senador estadual em 1896.

Nomeado lente catedrático de direito criminal, por decreto de 10 de fevereiro de 1902, passou, por permuta com o Dr. José Mariano Corrêa de Camargo Aranha, a lente catedrático de direito público e constitucional, por decreto de 1 de maio desse ano. Tomou posse em 6 de junho dessa cadeira e nela permaneceu por largo tempo, mas dela constantemente afastado pelos seus deveres políticos.

Em 1910, foi nomeado delegado do Governo Federal no Congresso Jurídico Pan-Americano, reunido em Buenos Aires.

De 11 de agosto de 1913 a 15 de novembro de 1914, exerceu o cargo de ministro da Justiça da presidência Hermes da Fonseca.

Em Congregação de 4 de janeiro de 1915, foi eleito diretor da Faculdade de Direito de São Paulo para o biênio 1915-17, sendo por decreto de 26 de março do mesmo ano nomeado diretor efetivo. Tomou posse a 8 de abril seguinte.

Em 14 de dezembro de 1918, foi nomeado secretário da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo, na presidência Altino Arantes e, então, inaugurou a Penitenciária de São Paulo, estabelecimento modelar, tido como

um dos mais adiantados do mundo, e lançou a pedra fundamental do Palácio da Justiça.

Em 1922, foi eleito senador estadual, e, logo depois deputado federal por São Paulo, tendo sido o relator da reforma constitucional levada a efeito sob a presidência Arthur Bernardes.

Foi posto em disponibilidade no cargo de professor catedrático, por decreto de 29 de agosto de 1925, e, nesse mesmo ano, por decreto de 7 de dezembro de 1925, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal.

Faleceu, no Rio de Janeiro, aos 14 de maio de 1926.

#### **Dr. Jesuino Ubaldo Cardoso de Mello.**

Nasceu em Areias, na província de São Paulo, aos 16 de maio de 1865, filho do Dr. José Joaquim Cardoso de Mello e de D. Emiliana Gomes Guimarães.

Matriculando-se na Faculdade de Direito de São Paulo, seguiu o curso desta até o quarto ano. O quinto ano fê-lo na Faculdade de Direito do Recife, para onde se transferiu e onde se bacharelou, em 1885.

Formado, regressou a São Paulo. Advogou e redigiu A Gazeta do Povo, de que foi redator chefe e proprietário. Dedicou-se à propaganda abolicionista e republicana, assistindo à proclamação da República ao lado de Quintino Bocaiuva e do Marechal Deodoro da Fonseca, de quem era amigo dedicado.

Por decreto de 21 de março de 1891, foi nomeado lente catedrático de direito pátrio constitucional e administrativo, primeira cadeira da primeira série de notariado, da Faculdade de Direito de São Paulo, na qual já havia defendido teses e recebido o grau de doutor, em 1887.

Tomou posse em 27 de abril de 1891 e foi exonerado, a pedido, por decreto de 11 de junho de 1894, merecendo da Congregação um voto de louvor pelos seus serviços.

Foi primeiro delegado auxiliar de São Paulo, na primeira presidência do Dr. Rodrigues Alves e deputado federal por São Paulo de 1903 a 1911. Em 7 de abril de 1913 foi nomeado secretário da presidência da República e, logo depois, ministro do Tribunal de Contas.

Faleceu no Rio de Janeiro a 30 de março de 1950.

### **Dr. Ernesto Moura.**

Filho do Dr. Francisco Honorato de Moura e de D. Ana Balbina de Almeida Moura, nasceu em São Paulo em 1 de novembro de 1865. Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1882 e bacharelou-se em 15 de novembro de 1886.

Por decreto de 1 de agosto de 1891 foi nomeado lente catedrático de Legislação sobre o direito privado, terceira cadeira da terceira série de ciências sociais, da qual tomou posse em 10 do mesmo mês.

Por decreto de 7 de fevereiro de 1892, foi designado para a cadeira de legislação comparada sobre o direito privado; extinta esta cadeira, pela reforma de ensino de 1911, foi posto em disponibilidade, pelo decreto de 23 de maio de 1911.

### **Dr. Luiz Barbosa da Gama Cerqueira.**

Filho do conselheiro Francisco Januário da Gama Cerqueira e de D. Luiza de Toledo B. Gama Cerqueira, nasceu a 24 de novembro de 1865, na Paraíba do Sul, então província do Rio de Janeiro.

Matriculado no primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo em 1882, recebeu o grau de bacharel em 9 de novembro de 1886. Formado foi advogar em São José do Além Paraíba, com seu pai, e, apesar de ser este chefe

proeminente do Partido Conservador de Minas, e ex-ministro do Império, o Dr. Gama Cerqueira fundou, com outros, o Partido Republicano, de que faziam parte Joaquim Camilo de Brito, Pedro de Toledo e Paulo Fonseca.

Proclamada a República, foi eleito deputado à Constituinte Mineira, e, quando o marechal Deodoro deu golpe de Estado, resignou o mandato, em sinal de protesto. Depois de ocupar vários cargos eletivos em São José de Além Paraíba, veio para São Paulo, onde abriu banca de advogado.

Tendo entrado em concurso, na Faculdade de Direito de São Paulo, para o lugar de lente substituto da sexta secção, direito criminal, foi aprovado, obtendo o primeiro lugar. Nomeado, por decreto de 8 de outubro de 1908, tomou posse em 31 desse mês, recebendo o grau de doutor em direito.

Por decreto de 19 de abril de 1911, foi declarado professor extraordinário efetivo da quarta secção, tomando posse a 12 de maio seguinte; e, logo depois, por decreto de 17 de maio do mesmo ano, professor ordinário da cadeira de direito criminal, tomando posse em 30 daquele mês.

Nessa cátedra prelecionou Gama Cerqueira até que eleito deputado federal por São Paulo, abandonou o magistério.

Foi um dos fundadores do partido democrático de São Paulo, representando-o na Câmara dos Deputados Estaduais e como líder da bancada democrática, prestou assinalados serviços a São Paulo.

Mais tarde, pertencendo ao partido Constitucionalista, foi eleito deputado federal por São Paulo e junto à bancada paulista, ocupou sempre o papel de mestre e conselheiro, cuja palavra era sempre ouvida com respeitoso carinho.

Faleceu a 19 de fevereiro de 1936.

**Dr. José Manuel de Azevedo Marques.**

Filho de Joaquim Cândido de Azevedo Marques e de D. Rita de Mello e Azevedo Marques, nasceu em São Paulo aos 19 de fevereiro de 1865.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1881 e bacharelou-se em 1886. Promotor público de Batatais, em 1886; juiz municipal do mesmo termo, em 1887; juiz de direito de Franca, em 1890 e de Batatais em 1890; abandonou a magistratura e abriu escritório de advocacia em São Paulo.

Deputado estadual em 1898, eleito, em 1899, deputado federal, fêz parte da Comissão dos Vinte e Um, que estudou o projeto do código civil. Relator do parecer preliminar sobre o plano geral do projeto, da lei preliminar sobre o direito internacional privado e da parte geral sobre pessoas e coisas, desempenhou papel relevante em todos os trabalhos, tanto nas comissões, como no plenário.

Nomeado livre docente, em 22 de março de 1913, foi, logo depois por decreto de 31 de julho de 1913, nomeado professor extraordinário efetivo da sétima secção, tomando posse em 10 de agosto.

Por decreto de 15 de outubro de 1913, foi nomeado professor ordinário da cadeira de teoria e prática do processo criminal, da qual tomou posse em 24 do mesmo mês, sendo, por ato de 24 de agosto de 1916, declarado professor catedrático da mesma.

Ministro das Relações Exteriores de 1 de agosto de 1919 a 15 de novembro de 1922, sob a presidência Epitácio Pessoa, foi, no ano seguinte, eleito presidente do Instituto da Ordem dos Advogados de São Paulo.

Aposentou-se por decreto de 16 de setembro de 1925, tendo sido agraciado posteriormente com o título de professor emérito desta Faculdade.

Faleceu a 24 de maio de 1943.